



DECISÃO SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da URA Triângulo Mineiro, no uso de suas atribuições, com base no art. 8º, inciso VII da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, de acordo com o art. 17 ou art. 23 do Decreto nº 48.707, de 25 de outubro de 2023, comunica que o pedido de licença ambiental analisado no âmbito do processo administrativo indicado a seguir foi ARQUIVADO.

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : PIRAPITINGA LTDA.
CNPJ/CPF : 44.303.849/0001-00
Empreendimento : Fazenda Pirapitinga - matrículas 12.171, 12.172, 12.173, 12.174, 12.175 e 16.214
Endereço da Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : Avenida dos Vinhedos número/km 71
ANDAR 13 SALAS 1301 E 1302 Bairro Jardim Sul CEP 38411-848 Uberlândia - MG
Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:
Canápolis (LAT) -18.8258, (LONG) -49.1691
Fator locacional resultante : 0
Classe predominante resultante : 4
Modalidade de licenciamento : LAC1
Processo Administrativo Licenciamento : 24265/2025

Motivo da decisão:

Encaminhamento para arquivamento, uma vez que a Área Diretamente Afetada já foi alvo de EIA RIMA e hoje é enquadrada como LAS Cadastro, conforme DN 258/2025.

Documento emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018.

Uberlândia, 10/09/2025.

Documento assinado eletronicamente por BRUNO NETO DE AVILA, Chefe da Unidade, em 10/09/2025 09:21 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Os interessados podem interpor recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, com fundamento no art. 40 e seguintes do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018. O recurso poderá ser instruído via Sistema Eletrônico de Informações - SEI - diretamente à unidade regional responsável pela análise do processo em referência.

Atenção: O órgão ambiental não faz contato telefônico com o empreendedor e/ou seus representantes para oferecer prestação de serviços de recurso da presente decisão, tampouco cobra taxas desassociadas de Documento de Arrecadação Estadual - DAE.